



Análise

Ainda Vale a Pena Investir em 2025?

Produzido por SIMPLA CLUB

Carlos Humberto Junior

Conheça nossos serviços



Se você tem mais de R\$100 mil e deseja uma reunião gratuita com nossos especialistas, **escaneie o QR CODE** ou **clique aqui**.



Objetivo

Neste relatório, vamos comentar os principais fatores que estão impactando os investimentos em 2025.

No Brasil, o investidor tem sido bombardeado por notícias sobre três grandes temas: situação fiscal, inflação e tarifas dos EUA. Já a parcela da nossa carteira destinada ao exterior vem sendo afetada pelo fraco desempenho do dólar neste ano.

Além de oferecer um panorama geral sobre esses assuntos, ao final do relatório apresentaremos sugestões de como o investidor pode se posicionar diante desse cenário.

Os desafios de 2025

Uma coisa é certa: o investidor precisa se acostumar com a incerteza e com os riscos. No entanto, o brasileiro parece ser um dos povos mais testados do mundo, já que, a cada ano, novos acontecimentos desestimulam a formação de poupança. Seja por guerras mundo afora, caos político, tributação dos dividendos, inflação descontrolada ou outros fatores, o investidor local não parece ter um dia de paz. A figura abaixo é uma brincadeira que ilustra bem essa situação.



*Meme sobre as crises brasileiras
Fonte: Desconhecida.*

Sempre que surgem ruídos, o mercado reage com volatilidade, aumentando a insegurança, principalmente para o investidor iniciante ou para aquele que ainda tem dúvidas sobre seu portfólio.

Em 2025, três fatores estão no centro das atenções: situação fiscal, inflação e tarifas dos Estados Unidos. Vamos começar pelo último.

A tarifação sobre produtos de outros países faz parte da estratégia do governo americano para fortalecer sua indústria interna. Por muito tempo, os EUA foram grandes importadores, o que levou alguns setores da economia a ficarem atrasados em relação a outras potências mundiais.

Como sabemos, existe uma grande “guerra silenciosa” entre EUA e China pelo domínio global, mas isso não impede que ambos mantenham parcerias econômicas. Somente em 2024, os americanos importaram US\$440 bilhões em produtos chineses, enquanto exportaram apenas US\$145 bilhões. Esse déficit de US\$295 bilhões é visto como um grande problema dentro do território americano, por criar dependência de um “inimigo”.

Com isso, o novo comando da Casa Branca decidiu estimular o ambiente interno, dificultando a entrada de produtos estrangeiros. Desde o anúncio da tributação, o mercado brasileiro passou a conviver com maior volatilidade, e empresas exportadoras foram as que mais sentiram os efeitos.

No entanto, no mercado financeiro, os ruídos costumam ser maiores que os fatos. Ao analisar os números, percebemos que o impacto da alíquota de 50% sobre os produtos exportados seria bastante reduzido para a economia brasileira. A figura abaixo mostra a estimativa de impacto no PIB do Brasil considerando a aplicação desta tarifa em todos os produtos exportados.



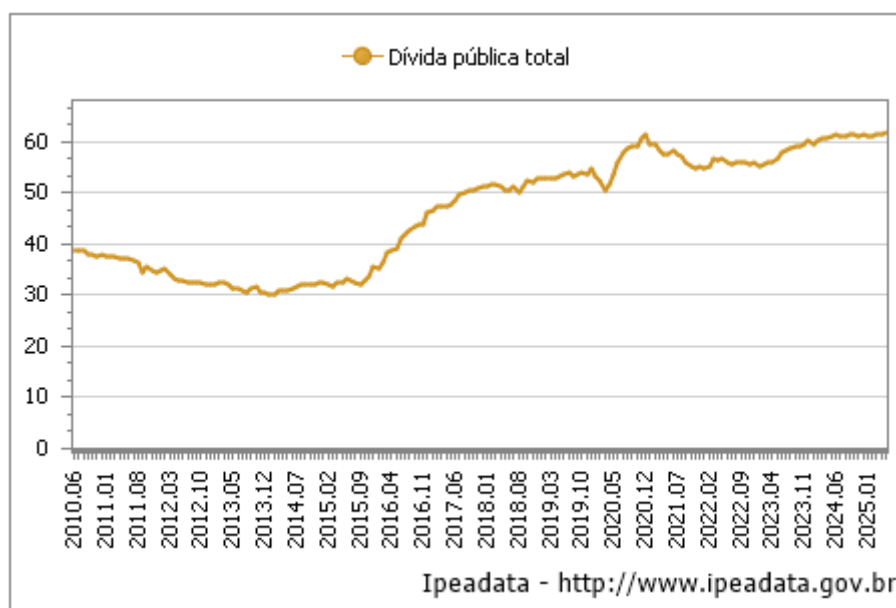
*Impacto da tarifa de 50%.
Fonte: Confederação Nacional da Indústria.*

No pior cenário, o Brasil perderia 0,16% do seu PIB. Chamamos de “pior cenário” porque, em 30/07/2025, o governo americano confirmou a imposição da nova tarifa ao Brasil, mas apresentou uma lista de exceções que abrange quase 700 produtos. Os itens excluídos da taxa são estratégicos para os EUA e representam boa parte do comércio entre os dois países. As principais ausências nessa lista foram a carne bovina e o café, que, portanto, acabaram sujeitos à tarifa de 50%.

Ainda há margem para negociação entre os dois países, inclusive porque os EUA têm interesse em algumas “ajudas” do governo brasileiro. Sabemos que a tarifação funciona como uma “moeda de troca” para o presidente Trump alcançar outros objetivos.

A partir de agora, o tema das tarifas deixa de ser apenas uma hipótese e passa a ser um fato. Isso é positivo para o mercado, que normalmente reage de forma mais pessimista diante de incertezas. O impacto dessa nova determinação para o Brasil é pouco relevante e, portanto, não deve ser a principal preocupação dos investidores.

Os problemas mais graves do país são internos. O endividamento brasileiro está alcançando níveis desconfortáveis, e sua trajetória de crescimento é o principal motivo de alerta. O gráfico abaixo mostra o histórico da dívida líquida do Brasil.



Histórico da dívida brasileira.
Fonte: Ipeadata.

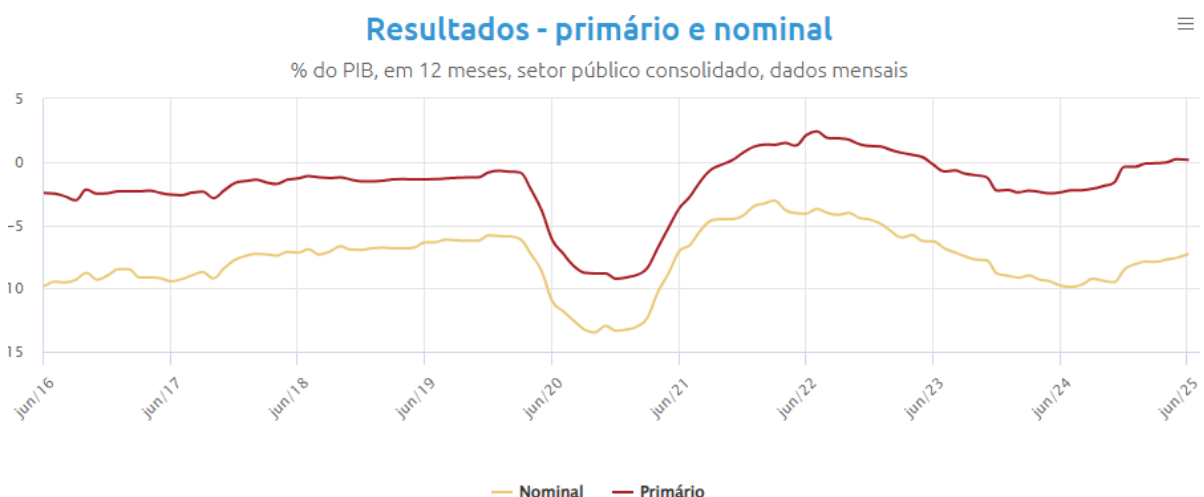
Outro indicador bastante utilizado para medir a dívida pública brasileira é a dívida bruta, que já alcançou 76,1% do PIB. Quanto maior a dívida de um

país, maior o risco percebido pelos investidores, que passam a exigir remuneração mais elevada para adquirir títulos públicos.

A situação fiscal é um dos principais obstáculos para a redução da taxa Selic, pois, sem juros atrativos, investidores estrangeiros dificilmente aceitam assumir o risco de investir no Brasil.

É importante destacar que o país precisa honrar sua dívida, mas os recursos necessários para isso não estão sendo gerados. Um calote destruiria a credibilidade do país, enquanto a simples impressão de dinheiro para quitá-la desvalorizaria a moeda. Essa prática gera inflação, o que impactaria fortemente a população caso fosse adotada.

O atual governo tem insistido em atacar o problema fiscal aumentando as receitas, motivo pelo qual novos impostos estão sendo cogitados. Entretanto, apenas no primeiro semestre de 2025, a arrecadação federal atingiu o recorde de R\$1,425 trilhão. O verdadeiro problema do Brasil não está na arrecadação, mas sim na destinação e na eficiência dos gastos públicos. O gráfico abaixo mostra o histórico do resultado primário e nominal brasileiro.



*Histórico de resultado primário e nominal.
Fonte: Banco Central.*

O resultado primário refere-se à diferença entre a arrecadação e os gastos do governo, enquanto o resultado nominal acrescenta a essa conta os juros da dívida. Se um país apresenta resultado primário positivo, consegue reduzir seu endividamento; caso contrário, a dívida aumenta.

Mesmo com o recorde de arrecadação no primeiro semestre, o Brasil registrou quatro meses de déficit primário, ou seja, gastou mais do que arrecadou. Com isso, a dívida cresce, assim como os juros pagos e, consequentemente, o déficit nominal. Esse é um ciclo vicioso que dificilmente terá um desfecho positivo.

A preocupação com a situação fiscal é ainda maior devido às eleições do próximo ano, já que é comum o grupo no poder elevar gastos da máquina pública na tentativa de se reeleger.

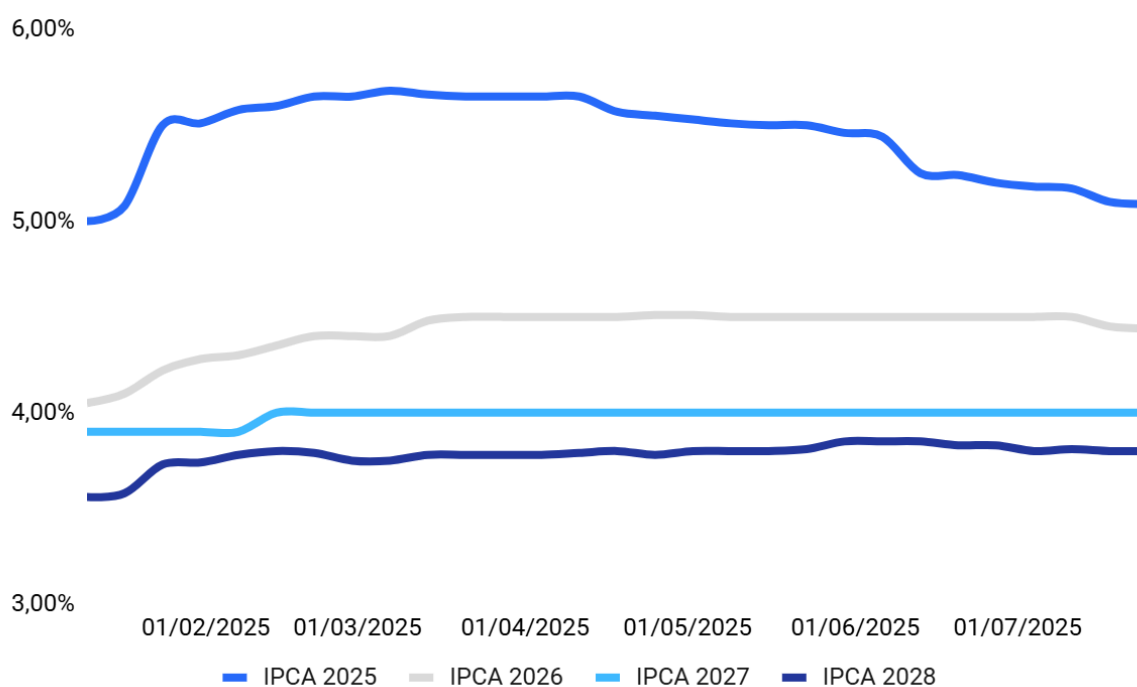
A decisão do STF sobre o IOF foi um golpe para os cidadãos brasileiros, que sabem que as receitas do governo já são suficientemente altas. A forma como a medida foi imposta aumenta o temor quanto à aprovação da MP 1303/2025, que trata da tributação de aplicações financeiras, incluindo o imposto sobre dividendos.

Antes, o mercado considerava quase certa a rejeição dessa Medida Provisória; agora, com o potencial de judicialização, cresce a incerteza no ambiente brasileiro, o que afasta o capital. Enquanto a discussão se arrasta em torno do aumento de impostos, o verdadeiro problema continua sem ser enfrentado.

E se o clima já parece desanimador, ainda precisamos falar sobre a inflação no país. O Brasil possui uma meta de 3%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%.

Em 2025, as estimativas indicam que o país não deve atingir o intervalo da meta, já que o consenso de mercado projeta um IPCA de 5,09%. Apesar de

ser uma notícia negativa, os dados recentes de inflação vieram mais animadores, sinalizando certa eficácia do atual patamar da taxa Selic. O gráfico abaixo mostra a redução nas estimativas do IPCA ao longo dos últimos meses.



*Histórico de estimativas do IPCA.
Fonte: Boletim Focus do Banco Central.*

Neste ano, convivemos com a estimativa de que o IPCA encerraria 2025 próximo de 6%, mas os dados mais recentes já aproximam o indicador de 5%. Outro ponto positivo é que a projeção para 2026 já está dentro do limite da meta, o que nos permite vislumbrar cortes na taxa de juros no próximo ano.

Um indicador relevante para acompanhar a inflação é o índice de difusão de preços, que mede a proporção de itens da cesta do IPCA que apresentam aumento. Quanto maior esse número, mais disseminado está o avanço dos preços e, consequentemente, mais difícil é conter a inflação.

Nos últimos meses, vimos sucessivas reduções no índice de difusão; na medição mais recente, ele recuou de 57,77% para 51,23%. Os alimentos, que haviam contribuído bastante para a alta da inflação no início de 2025, já apresentam dois meses consecutivos de queda nos preços.

As dúvidas sobre a continuidade desses dados positivos recaem, mais uma vez, sobre as medidas que serão adotadas em 2026, ano de eleições.

Como vimos, a vida do investidor brasileiro não foi fácil em 2025 e, para falar a verdade, raramente é. Vivemos em um país com certa insegurança jurídica e com uma classe política de qualidade questionável. É natural que isso gere desânimo em relação aos investimentos, mas não rentabilizar nosso capital torna a situação ainda pior.

Há, sim, maneiras de atuar de forma mais eficiente nesse cenário, e vamos discuti-las ao longo deste relatório.

Por fim, comentaremos rapidamente sobre a situação do dólar, já que é recomendável manter parte da carteira exposta a essa moeda. A figura abaixo mostra o desempenho do índice DXY em 2025.

US Dollar Index (DX-Y.NYB) ☆ Follow

99.96 +0.15 (+0.15%)

As of 3:00:26 PM EDT. Market Open.



Histórico do índice DXY.
Fonte: Yahoo Finance.

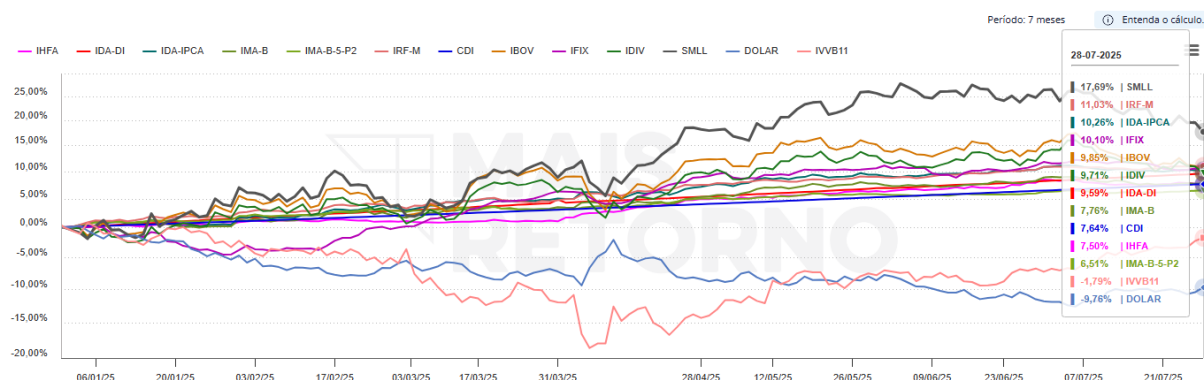
Este indicador mede o desempenho do dólar em relação a uma cesta de moedas de outros países. Como podemos ver, ao longo do ano a moeda americana se desvalorizou frente às demais, registrando um dos piores desempenhos semestrais de sua história. O real, por exemplo, valorizou 12% em relação ao dólar nos primeiros seis meses de 2025.

A política do atual governo americano vê com bons olhos uma desvalorização pontual do dólar. Uma moeda mais fraca favorece as exportações dos EUA e desestimula as importações, potencializando o plano de fortalecimento da indústria interna.

Além disso, os EUA devem iniciar o ciclo de cortes de juros antes do Brasil, o que também contribui para a desvalorização do dólar. Diante desse cenário, as perspectivas para a abertura de janelas de compra são positivas.

O desempenho das classes no ano

A seguir, apresentaremos o desempenho das principais classes de investimento em 2025. O gráfico abaixo exibe os índices de crédito privado (IDA-DI e IDA-IPCA), fundos multimercado (IHFA), fundos imobiliários (IFIX), ações (IDIV, IBOV e SMLL), investimentos no exterior (dólar e IVVB11), títulos públicos (IMA-B, IMA-B5-P2 e IRF-M) e renda fixa (CDI).



Desempenho das classes em 2025.
Fonte: Mais Retorno.

Até o momento, a classe vencedora são as ações *small caps*, ou seja, empresas de menor porte. Esses ativos são conhecidos pela alta volatilidade e, apenas no mês de julho, registraram desvalorização de 6,91%. Ainda assim, acumulam alta de 17,69% no ano.

Apesar do bom desempenho em 2025, quando ampliamos o horizonte de análise, percebemos que as empresas de pequeno porte apresentaram resultados bastante negativos nos períodos de 2, 3 e 4 anos.

Destacamos esse ponto para reforçar a importância de manter uma carteira diversificada, em vez de buscar, ano após ano, o “melhor ativo” ou o próximo “foguetete”.

As demais classes de investimento também tiveram bom desempenho em 2025, com exceção do dólar, que caiu 9,76%, e do IVVB11, que apresentou perda de 1,79%.

Em termos de volatilidade, as ações cumpriram sua fama: os três principais índices do segmento registraram desvio padrão superior a 14% no ano, evidenciando como esses ativos tendem a oscilar mais do que os demais.

O poder da diversificação

Eu sei que muitos podem achar entediante ou até reclamar do clichê que é falar sobre diversificação, mas a verdade precisa ser sempre reforçada.

A diversificação é a principal ferramenta de proteção que o investidor possui contra as incertezas. Muitas vezes, ela pode parecer desnecessária ou até prejudicar o retorno no curto prazo — mas é justamente aí que mora o engano.

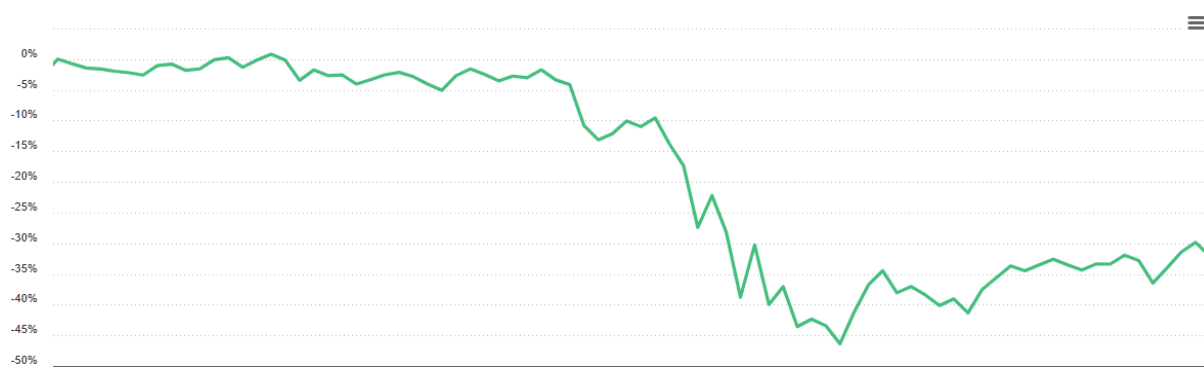
Carregamos alguns vieses que atrapalham nossas decisões de investimento, e dois deles estão diretamente ligados às críticas ou dúvidas sobre a diversificação.

O medo de ficar de fora é um viés que nos faz olhar para o “ativo do momento” e desejar tê-lo na carteira. É difícil ver várias pessoas ganhando dinheiro com o ativo X ou Y e não querer participar desse movimento. Existe, sim, espaço na nossa carteira para produtos mais arriscados e com potencial explosivo, mas não podemos abrir mão da “mágica” dos ganhos consistentes.

Outro viés muito comum é o excesso de confiança, que costuma surgir após fazermos um bom negócio. Se acertamos em cheio uma ação como Magazine Luiza ou o Bitcoin, tendemos a acreditar que sempre encontraremos os próximos ativos vencedores.

Aqui vai um ensinamento valioso: o grande dinheiro nos investimentos não vem dos maiores retornos em períodos isolados, mas sim da consistência de bons resultados ao longo do tempo. O maior investidor da história, por exemplo, apresenta rentabilidade inferior à de vários gestores de fundos, mas ninguém conseguiu manter retornos positivos por tanto tempo quanto ele.

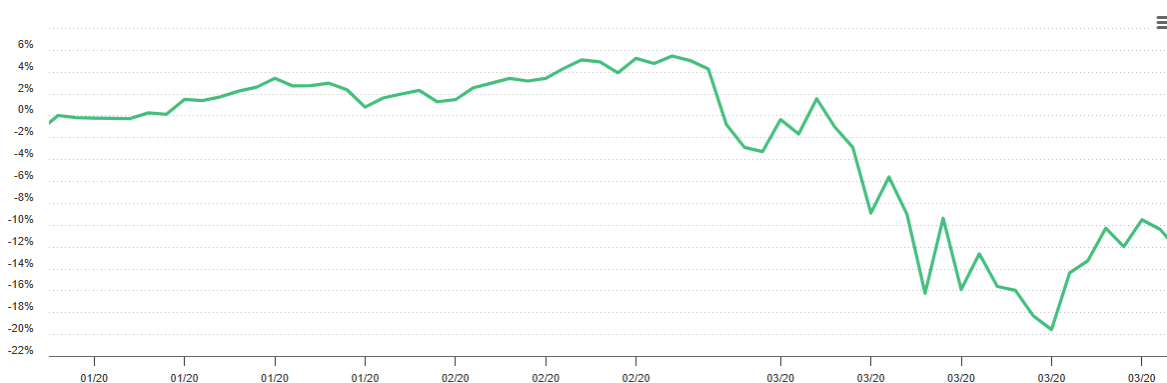
Dito isso, vale destacar o benefício silencioso que a diversificação traz. A figura abaixo mostra o desempenho de um portfólio 100% concentrado em ações durante a pandemia.



Portfólio 100% em ações.
Fonte: Mais Retorno.

Nos quatro primeiros meses de 2020, esse investidor viu seu capital encolher 30%. Os R\$1.000 aplicados se transformaram em R\$700 em um curto espaço de tempo. As chances de ele desistir do investimento eram enormes, o que provavelmente o impediria de participar da recuperação que viria nos anos seguintes.

Já a imagem abaixo mostra o desempenho de um investidor com carteira diversificada no mesmo período.



*Portfólio diversificado.
Fonte: Mais Retorno.*

Ao alocar 33% em renda fixa e 33% na bolsa americana, em vez de manter 100% na bolsa brasileira, o investidor reduziu a queda de 30% para 12%. Ainda é uma perda dolorosa, mas muito mais suportável.

O efeito da diversificação é pouco visível e, muitas vezes, não recebe o devido reconhecimento — mas acredite, ela está sempre trabalhando a nosso favor.

Em resumo, vence nos investimentos quem consegue permanecer no jogo. Portanto, evite correr riscos que possam forçá-lo a sair dele.

Onde investir em 2025

Já entendemos que o melhor a fazer é diversificar a carteira, mas isso não significa que devemos deixar de analisar o momento das principais classes de investimento. O rebalanceamento do portfólio com novos aportes deve

considerar tanto a manutenção da diversificação quanto a busca por boas oportunidades.

Começando pelo dólar, não há muitas novidades: a estratégia ideal é sempre investir gradualmente. O dólar é a variável mais imprevisível de todas e, justamente por isso, é onde economistas e agentes de mercado mais erram.

Mesmo com gatilhos que indicam queda no curto prazo, a moeda pode voltar a subir diante de novos conflitos armados ao redor do mundo ou de um grande estresse durante as eleições brasileiras. É importante lembrar que o dólar é a principal reserva mundial; portanto, qualquer aumento de incerteza ou crise global gera corrida pela moeda americana.

Segundo o mais recente Boletim Focus, o mercado projeta dólar a R\$5,60 no final de 2025 e R\$5,70 no final de 2026. Como acreditamos na força desse ativo e reconhecemos seu papel crucial na redução do risco da carteira, mantemos um viés positivo para sua compra.

Vale destacar que a exposição ao dólar deve ser feita, preferencialmente, por meio de ativos geradores de caixa, como *stocks*, *REITs* e títulos de renda fixa. Os ETFs continuam sendo a forma mais inteligente de investir no mercado americano, seja diretamente por corretoras estrangeiras ou via produtos disponíveis no Brasil.

Na renda fixa — classe indispensável pela segurança e relevância no cenário brasileiro —, enxergamos um ótimo momento para títulos pós-fixados e papéis atrelados ao IPCA.

Com a Selic em 15%, os títulos atrelados a 100% do CDI estão rendendo 1,16% ao mês, sem considerar o desconto do Imposto de Renda. Esse retorno, aliado à segurança e à liquidez, não pode ser ignorado, tornando este um excelente momento para esse tipo de investimento.

No caso dos títulos indexados ao IPCA, é importante lembrar que a inflação no Brasil nunca foi totalmente controlada. Não faz muito tempo que convivemos com índices de dois dígitos, algo que destrói o poder de compra da população. Por isso, esses papéis merecem sempre nossa atenção.

O momento atual é especialmente favorável: a taxa de juros elevada e o cenário de incertezas fizeram com que as taxas oferecidas nesses títulos ficassem bastante atrativas. A figura abaixo apresenta os títulos públicos atrelados à inflação.

TESOURO IPCA ⁺ 2029	?	IPCA + 7,90%	R\$ 34,11	R\$ 3.411,28	15/05/2029
TESOURO IPCA ⁺ 2040	?	IPCA + 7,14%	R\$ 16,17	R\$ 1.617,75	15/08/2040
TESOURO IPCA ⁺ 2050	?	IPCA + 6,93%	R\$ 8,56	R\$ 856,52	15/08/2050

*Títulos híbridos do Tesouro Direto.
Fonte: Tesouro Direto.*

Historicamente, uma rentabilidade de IPCA + 6% ao ano já é considerada uma excelente oportunidade. No entanto, o momento conturbado do Brasil fez com que surgissem ofertas de IPCA + 7% — algo raro e que merece ser aproveitado.

A escolha do prazo deve levar em conta a estratégia e os objetivos do investidor. Títulos indexados à inflação apresentam volatilidade, e, no caso do IPCA + 2050, essa oscilação pode ser até maior do que a das ações.

Já o prazo de 2029 é indicado para quem busca proteção contra a inflação sem enfrentar tanta volatilidade. Para esse perfil, uma alternativa inteligente são os ETFs de renda fixa atrelados ao IMA-B5, que ainda oferecem vantagens tributárias.

O título com vencimento em 2040 é o meio-termo: sua volatilidade é elevada, mas suportável para investidores com perfil moderado. Seu potencial de retorno no médio prazo é atrativo e, no longo prazo, praticamente garantido. Já o título com vencimento em 2050 oferece o maior potencial de ganho no médio prazo, mas com a contrapartida de uma volatilidade bastante alta.

Quanto aos prefixados, entendemos que este não é o melhor momento, especialmente considerando a concorrência com os títulos IPCA+. Como nosso capital é limitado, na escolha entre prefixados e IPCA+, preferimos a segunda opção. Ainda assim, dependendo do perfil do investidor, pode haver espaço para incluir um prefixado na carteira.

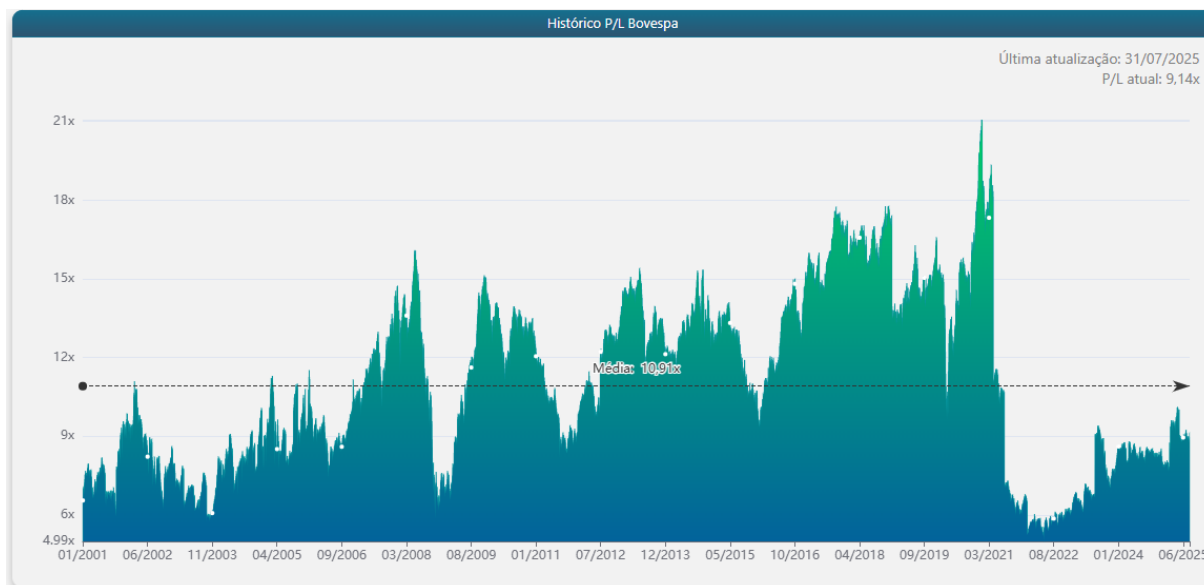
Encerrando o tema da renda fixa, vale destacar a vantagem atual dos títulos públicos em relação aos privados. Acreditamos que as oportunidades no Tesouro são tão atrativas que não é necessário buscar alternativas em crédito privado.

Naturalmente, os CDBs atrelados a 100% do CDI, utilizados para liquidez e reserva de emergência, continuam tendo valor e espaço no portfólio. No entanto, quando a escolha está entre investir no Tesouro IPCA+ ou buscar uma debênture ou CDB com rentabilidade um pouco maior, mas sem liquidez, a opção mais adequada é o título público.

Agora chegamos à tão aguardada renda variável, que será dividida em fundos imobiliários e ações, já que nossa opinião sobre ativos no exterior já foi apresentada anteriormente.

Nos primeiros sete meses do ano, o Ibovespa acumula alta de 9,85% e o IFIX, de 10,10%. Ainda assim, acreditamos que existem descontos bastante relevantes nessas classes.

Começando pelas ações, a figura abaixo mostra o histórico do indicador preço sobre lucro (P/L) da bolsa brasileira.



*Histórico de P/L da bolsa.
Fonte: Oceans14.*

Esse indicador mede a relação entre o preço e o lucro das empresas, de modo que, quanto menor o número, mais descontadas estão as companhias. A média histórica é de 10,91 vezes, enquanto hoje o indicador está em 9,14 vezes.

Ao longo do ano, muitas empresas vêm apresentando resultados sólidos, enquanto outras enfrentam problemas pontuais, mas sem comprometer seus fundamentos. Em vários casos, observamos melhora das margens de lucro e maior controle do endividamento. Esse é o cenário ideal para o surgimento de oportunidades, o que reforça a importância de acompanhar o mercado de ações.

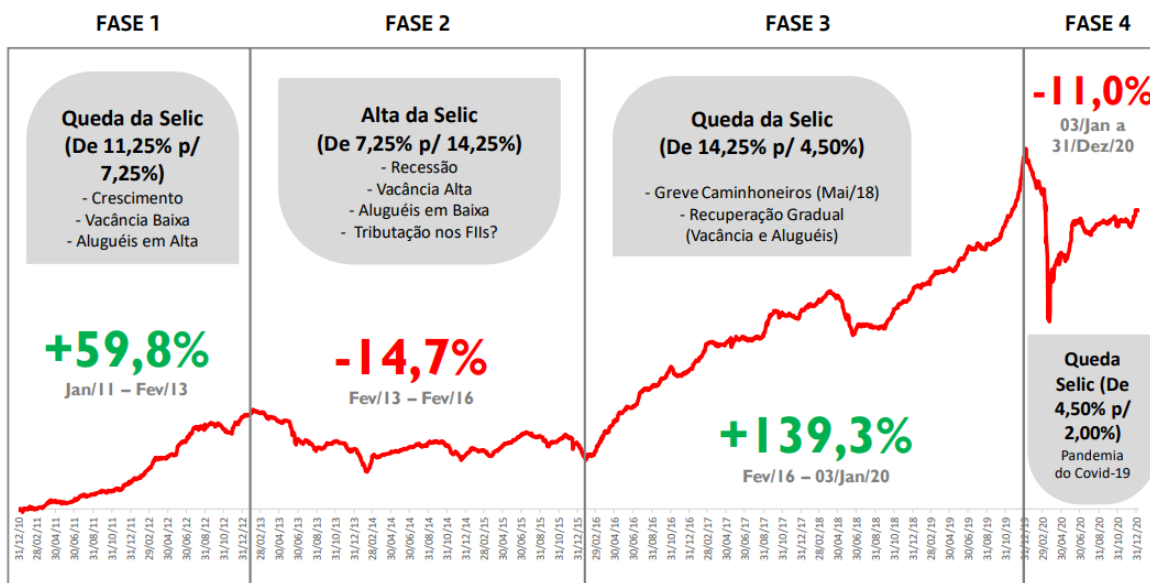
O setor financeiro, especialmente os bancos, continua sendo uma excelente escolha para diferentes perfis de investidores. Já setores mais cíclicos, como agronegócio, locação de veículos e commodities, também oferecem boas oportunidades, embora com um nível de risco mais elevado.

Nos fundos imobiliários, a valorização do índice é muito explicada pela inclusão dos dividendos no cálculo. Quando analisamos apenas o preço dos FIs, ainda encontramos um desconto expressivo na maior parte deles.

O indicador preço sobre valor patrimonial (P/VP), que compara a cotação dos fundos com seu “valor justo”, está em 0,82 vez. Isso significa que, em média, os ativos estão sendo negociados com um desconto de 18%.

O *dividend yield* médio dos fundos que compõem o IFIX é de 13,86% nos últimos 12 meses — um patamar bastante elevado. Historicamente, o prêmio do IFIX em relação ao Tesouro IPCA gira em torno de 3,5%, mas atualmente está em 4,5%, reforçando o desconto atrativo da classe.

Há ainda uma conhecida correlação entre o desempenho do IFIX e a taxa de juros, que pode ser visualizada no gráfico abaixo.



Fonte: Santander e Quantum

Relação entre IFIX e Selic.
Fonte: Santander.

É verdade que essa relação se aplica a toda a renda variável. Assim, a simples expectativa de queda da taxa Selic costuma desencadear valorizações nos ativos de risco.

As estimativas mais recentes para a taxa Selic indicam que ela deve começar a cair em 2026, mas ainda permanecerá em patamar de dois dígitos. Esse cenário já é positivo para a renda variável, embora ainda esteja aquém de todo o seu potencial.

Apesar do viés favorável tanto para FIIs quanto para ações, as empresas levam uma leve vantagem nessa disputa. A possibilidade de tributação dos dividendos por meio da MP 1303/2025 atua como um freio para o retorno dos fundos imobiliários. Todas as classes seriam impactadas caso a medida seja aprovada, mas a redução da renda é particularmente prejudicial para os FIIs.

Conclusão

São nos momentos desafiadores que surgem as melhores oportunidades. O cenário econômico brasileiro não é dos mais animadores e, no cenário global, diversas incertezas afetam a confiança do investidor. Não por acaso, encontramos boas oportunidades em praticamente todas as classes de investimento.

Na renda fixa brasileira, é difícil cometer grandes erros. Essa parte da carteira sempre cumpre o papel de trazer segurança, portanto não vale a pena buscar produtos arriscados com promessas de rentabilidade mirabolante. A simplicidade é a melhor estratégia — e a boa notícia é que justamente nas opções mais seguras, como os títulos públicos, as oportunidades são bastante atrativas. Tanto para aplicações atreladas ao CDI quanto ao IPCA, o viés é positivo.

A exposição ao dólar é outra forma inteligente de proteger a carteira. Além de ajudar a reduzir a volatilidade, por sua correlação inversa com a renda variável brasileira, investir na moeda americana permite acessar as maiores empresas do mundo — o que dificilmente pode ser considerado uma má decisão.

Por fim, temos a renda variável brasileira, a grande responsável por causar calafrios e borboletas no estômago dos investidores. Nessa classe, o risco é de fato mais elevado — assim como o potencial de retorno. Atualmente, as ações apresentam um momento ligeiramente melhor que os FIs, mas isso não diminui a atratividade dos ativos imobiliários.

Vale lembrar que a renda dos FIs continua previsível e isenta de imposto de renda, o que os torna uma excelente opção para geração de fluxo de caixa. Nesse aspecto, os fundos de recebíveis se destacam, enquanto os setores logístico e de varejo também vêm apresentando resultados consistentes que merecem atenção.

A montagem da carteira deve considerar o perfil do investidor, que é influenciado por fatores como tolerância ao risco, momento de vida e experiência no mercado. Uma vez definido esse perfil, o ideal é respeitar ao máximo a alocação planejada, sempre lembrando do grande benefício da diversificação.

Boa diversificação, visão de longo prazo, aportes constantes e atenção às oportunidades — esses são os ingredientes para alcançar retornos elevados.

**Gabriel Bassotto**

Analista CNPI especialista em

Ações Brasileiras

**Carlos Júnior**

Analista CNPI especialista em

Fundos Imobiliários

**Thiago Armentano**

Analista CNPI especialista em

Investimentos no Exterior

Acompanhamento

relatório atualizado em 31.07.2025

Nossa equipe de analistas está atenta a todas as movimentações relevantes, mantendo os rankings e seus respectivos fundamentos atualizados todas as semanas. Em caso de grandes mudanças, os relatórios também podem ser atualizados. Já em caso do ativo receber recomendação de venda, nossa sugestão se refere, única e exclusivamente, à retirada do ativo da carteira do investidor, uma vez que não incentivamos a prática de venda à descoberto.

Disclaimer

Todas as análises aqui apresentadas foram elaboradas pelo analista de valores mobiliários autônomo Carlos Humberto Rodrigues Nunes Junior (CNPI EM-7932), com objetivo de orientar e auxiliar o investidor em suas decisões de investimento; portanto, o material não se constitui em oferta de compra e venda de nenhum título ou valor imobiliário contido. O investidor será responsável, de forma exclusiva, pelas suas decisões de investimento e estratégias financeiras. O relatório contém informações que atendem a diversos perfis de investimento, sendo o investidor responsável por verificar e atentar para as informações próprias ao seu perfil de investimento, uma vez que as informações constantes deste material não são adequadas para todos os investidores. Os analistas responsáveis pela elaboração deste relatório declaram, nos termos da Resolução CVM nº 20/2021, que as recomendações do relatório de análise refletem única e exclusivamente as suas opiniões pessoais e foram elaboradas de forma independente, inclusive em relação à pessoa jurídica à qual estão vinculados. Além disso, Os analistas de valores mobiliários envolvidos na elaboração do relatório (e/ou seus cônjuges ou companheiros) são, ou podem ser, titulares de valores mobiliários objeto do relatório, direta ou indiretamente, em nome próprio ou de terceiros. Na emissão deste relatório, a Simpla Invest, controladora do Simpla Club, poderá estar agindo em conflito de interesses em relação ao emissor, podendo (i) ter interesses financeiros e/ou comerciais relevantes e/ou (ii) estar envolvida na aquisição, alienação ou intermediação dos valores mobiliários objeto deste relatório. A elaboração desse material se deu de maneira independente, e o conteúdo nele divulgado não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído, no todo ou em parte, a terceiros, sem autorização prévia.

